

A IMPORTÂNCIA DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO NA ESCOLA: ANÁLISE DO PPP DE UMA ESCOLA ESTADUAL LOCALIZADA NO CURIMATAÚ PARAIBANO PELA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA EM QUÍMICA

Eloíse do Nascimento Diniz¹

Isakeline Ferreira de Oliveira²

Samara da Silva Santos³

Lays Liliane da Silva Araújo Fonsêca⁴

José Carlos Oliveira Santos⁵

RESUMO

O projeto político pedagógico é um guia de orientação de decisões a serem tomadas para assim, desenvolver um melhor funcionamento da comunidade escolar como um todo. Com isso, para a construção do projeto, faz-se necessário compreender o cotidiano dos alunos e a situação socioeconômica do ambiente escolar. Nesta pesquisa, será apresentada a importância do projeto político pedagógico escolar, advindo de uma análise realizada do projeto pedagógico de uma escola do Curimataú paraibano, desenvolvida pelo programa residência pedagógica. Esta pesquisa tem como objetivo compreender a importância do projeto pedagógico para a escola em diferentes aspectos e especificamente refletir sobre a necessidade da participação de toda a comunidade escolar na construção do projeto. A realização deste estudo deu-se através de uma revisão bibliográfica, com o intuito de uma melhor compreensão sobre o tema, para assim, realizar uma abordagem reflexiva e conclusiva sobre a importância do projeto político pedagógico para a escola, como também, foi necessário realizar uma análise documental do projeto pedagógico de uma escola estadual do Curimataú paraibano. Com base na análise, observou-se que a gestão da escola não possui conhecimento a respeito dos objetivos apresentados em seu projeto pedagógico, o qual apresenta uma carência organizacional, revelando assim, a falta de competência da gestão em administrar a escola, contradizendo o que é afirmado em seu próprio projeto político pedagógico. De acordo com a análise realizada, o PPP da escola em estudo, encontra-se mal estruturada não condizendo com a veracidade vivenciada pela comunidade escolar.

Palavras-chave: Projeto Pedagógico, Currículo, Residência Pedagógica.

¹ Graduanda do Curso de licenciatura em Química da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, eloisediniz30@gmail.com;

² Graduanda do Curso de licenciatura em Química da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, isakelineferreira@hotmail.com;

³ Graduanda do Curso de licenciatura em Química da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, santossamara2012@gmail.com;

⁴ Graduada pelo curso de licenciatura em Química da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, lays.ufcg@gmail.com;

⁵ Professor orientador: Doutor, Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, zecarlosufcg@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O projeto político-pedagógico (PPP) escolar é um guia de orientação de tomadas de decisões para que se possa ter um melhor funcionamento dos papéis desempenhados por todos que compõem o ambiente escolar: gestão, professores, alunos, comunidade envolvida e demais funcionários da instituição.

Desde a implementação da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1992 (BRASIL, 1992), que estabelece normas sobre a organização do projeto político-pedagógico pelas escolas é visto a importância e os impactos que o mesmo tem sobre a escola. O Artigo 12 da Lei estabelece as seguintes normas de ensino:

- I - elaborar e executar sua proposta pedagógica;
- II - administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;
- III - assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;
- IV - velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;
- V - prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;
- VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola.

Mesmo sendo obrigatório que as escolas elaborem o seu projeto político-pedagógico, atualmente o que ainda observa-se é um descaso por partes dos gestores, que estão à frente das questões relacionadas a escola, sobre a elaboração deste importante projeto e que muitas vezes acaba não sendo elaborado com o conhecimento de todos os envolvidos no processo.

De acordo com Schultz et al. (2015), a elaboração do PPP não deve ser algo feito como obrigação, devendo ser arquitetado coletivamente, sempre tendo em mente que este é um documento de identificação da instituição escolar e de suas principais diligências sendo importante para estruturação de um ambiente democrático. Todo esse desenvolvimento e construção tem que ter a participação da gestão escolar e conforme for a dimensão da escola é indispensável que haja uma equipe organizadora para que sejam abordadas questões emergenciais a serem aperfeiçoadas e determinadas na escola. Com isso, para a construção do PPP, é preciso entender o cotidiano dos discentes e suas histórias de vida como, também, a condição socioeconômica envolvida no espaço escolar.

Segundo Azevedo e Andrade (2012), a elaboração do projeto político-pedagógico necessita de continuidade, reestruturação e democratização, de acordo com os problemas que são encontrados no ambiente escolar. Sendo assim, é preciso que antes sejam delimitados os

princípios norteadores, ou seja, as ações a serem tomadas, para que dessa forma se possa definir os caminhos e as concepções a respeito das práticas pedagógicas. Desse modo, ver-se que a elaboração do PPP deve envolver todos que fazem parte da escola, tendo em vista que todos desempenham papéis fundamentais para a construção da identidade escolar. É importante lembrar que a construção desse projeto é democrática e contínua, devendo sempre ser atualizado para poder atender as necessidades da realidade vivenciada na escola e assim se possa ter uma prática pedagógica mais significativa.

O projeto político-pedagógico (PPP) é um importante documento que define a identidade da escola e delimita os caminhos para se ter um ensino com qualidade. Ele deve ser construído a partir de objetivos que a escola deseja alcançar, metas a cumprir e sonhos a realizar em prol da escola e de toda a comunidade envolvida no processo. Todas essas aspirações, bem como os meios para se chegar a tais metas, é o que dá origem ao PPP. Para Vasconcellos (2010, p. 169):

O projeto político-pedagógico (ou Projeto Educativo) é o plano global da instituição. Pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de Planejamento Participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade. É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação.

Para se ter a elaboração do projeto político-pedagógico de forma abrangente, em torno do que a escola pretende atingir, é fundamental que a escola tenha o mínimo de autonomia para ser capaz de delimitar sua própria identidade, percebendo a relevância da participação de todos estarem integrados na construção do projeto, tendo em mente que a escola é um lugar público, lugar de debates, novas vivências e reflexões coletivas (AZEVEDO e ANDRADE, 2012).

Para a construção do projeto político-pedagógico, devemos ter claro o que se quer fazer e por que vamos fazê-lo. Assim, o projeto não se constitui na simples produção de um documento, mas na consolidação de um processo de ação-reflexão-ação que exige o esforço conjunto e a vontade política do coletivo escolar (VEIGA e FONSECA, 2008 p. 56).

O PPP também é construído com base nas necessidades de um desenvolvimento dos caminhos e escolhas pedagógicas conscientes, para fugir das casualidades e dos improvisos em se fazer educação, no intuito de produzir uma rotina organizada, pensada com metas e desafios a serem seguidos. Nesse sentido, é preciso construir nos ambientes escolares vínculos de afetividade, para que desse modo se tenha uma aprendizagem significativa por meio da motivação de toda a comunidade escolar.

É no espaço escolar onde se localizam pessoas distintas, com inúmeras experiências e histórias o que, em diversas vezes, pode ocasionar conflitos, contudo, é através da multiplicidade que a escola pode escolher o progresso, promovendo ocasiões de debate e reflexão, tendo como objetivo à elaboração de um PPP coletivo (FERRARI, 2011).

Compreendemos que o envolvimento de todos na construção do projeto, ao desencadear uma reflexão coletiva, promove a adoção de uma prática educativa, na medida em que reflete individual e coletivamente sobre ela. A instituição educativa é, nessa perspectiva, um espaço de ensinar e aprender (VEIGA e FONSECA, 2008, p. 58).

Muitas instituições de ensino ao elaboram o seu projeto não organizam o seu currículo de forma a envolver a todas as disciplinas e de certa forma acabam desvinculando-as da questão da interdisciplinaridade, ou seja, uma visão conservadora onde as disciplinas continuam sendo fragmentadas. De acordo com Veiga e Fonseca (2008, p. 59), “devemos romper com essa lógica conservadora trabalhando o currículo de forma integrada e interdisciplinar, a fim de reduzir o isolamento e a fragmentação.”

Compreendemos que a escola deve tomar à frente o compromisso das questões político e pedagógicas para que se possa ter uma educação de boa qualidade, indo em direção de uma autonomia crítica e coletiva, desse modo a incorporação de saberes e atitudes políticas pelos professores se mostra um caminho de oportunidades de modificação (VENÂNCIO; DARIDO, 2012).

Autores, que serão ressaltados nesta pesquisa, como Azevedo e Andrade (2012), Vasconcellos (2010), Ferrari (2011), Venâncio e Darido (2012), Veiga e Fonseca (2008) e etc. destacam a importância do Projeto Político-Pedagógico como também os vários aspectos que estão ligados na elaboração do mesmo.

Nesta pesquisa, será abordado a importância do projeto político-pedagógico para a escola partindo de uma análise do PPP de uma escola do Curimataú paraibano que foi realizada através do programa Residência Pedagógica. O Residência Pedagógica é um programa da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), que visa o aperfeiçoamento do Estágio Supervisionado dos cursos de licenciatura para que o licenciando tenha a oportunidade de está inserido em sua área de atuação relacionando teoria e prática.

A partir das leituras realizadas a respeito do tema, buscou-se no geral compreender a importância do PPP para a escola em diferentes aspectos e especificamente refletir sobre a necessidade da participação de toda a comunidade escolar na construção do PPP; compreender e discutir sobre a importância do PPP para a efetivação de um ensino

aprendizagem mais significativo, tendo como principal foco a ação pedagógica; possibilitar uma tomada de consciência dos problemas e possíveis soluções a serem tomadas.

METODOLOGIA

A presente pesquisa foi desenvolvida com base em uma abordagem qualitativa que, de acordo com Prodanov (2013, p.70) “considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números”.

Para tanto, foi realizada revisão bibliográfica para fins de entendimento sobre o tema para que a partir disso pudessem ser levantadas algumas reflexões e conclusões a respeito da importância do Projeto Político-Pedagógico para a escola, e ainda a realização de uma análise documental do PPP de uma escola estadual situada no Curimataú paraibano.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O projeto político-pedagógico não é apenas um documento que deve ser feito e depois guardado e sim deve servir como um guia devendo ser usado para que se possa manter a ordem das questões relacionadas a escola, e de acordo com o que foi analisado no PPP da escola, em questão, percebeu-se que o projeto não é colocado em prática pela gestão dentro do ambiente escolar.

Figura 1. Análise do PPP de uma escola do Curimataú paraibano.



Fonte: autoria própria, 2019.

No período de observação do Programa Residência Pedagógica pode-se observar que a gestão da escola não tem conhecimento dos objetivos do próprio Projeto Político-Pedagógico apresentando um grande déficit no requisito organização, o que mostra a falta de capacidade da gestão em administrar a escola contradizendo, assim, o que é afirmado em seu PPP. De modo geral, na análise realizada, o PPP da escola, ao qual foi feita a análise, encontra-se mal articulado e não condiz com a realidade vivenciada na escola.

A construção do PPP é uma etapa que requer seriedade estudo, reflexão, diálogo, participação. Entende-se, que a escola compete vários obstáculos e que a elaboração coletiva acarreta em desentendimentos, pois, como sabemos, cada pessoa é única e traz sua própria história, entretanto o que se acredita é que é a partir das diferenças de opiniões que se sucedem as maiores proezas (FERRARI, 2011).

Os profissionais da educação precisam repensar as suas ações e refletir a respeito das suas práticas pedagógicas. Segundo Veiga e Fonseca (2008, p. 59):

Nessa perspectiva, precisamos reconstruir a utopia e, como profissionais da educação, refletir e questionar profundamente o ensinar e o aprender que realizamos até hoje em nossas instituições educacionais, sejam elas de educação básica ou superior. (VEIGA; FONSECA, 2008, p. 59).

Nessa perspectiva, ver-se outro ponto que pode ser destacado que é em relação a convivência entre os professores. Observou-se, também no período do programa Residência Pedagógica que não existe um relacionamento saudável entre os professores da escola, não há um diálogo entre eles para traçar metas que ajudem no desenvolvimento do ensino dos alunos sendo que cada professor trabalha individualmente sua disciplina, desse modo não há uma conversa para que haja uma interdisciplinaridade entre as matérias. É necessário que os professores revejam suas ações tendo em mente que precisam participar juntamente com os outros profissionais docentes e comunidade na construção do PPP para que dessa forma possam ser revistas questões metodológicas que possam auxiliar na aprendizagem dos alunos.

A construção da escola democrática constitui, assim, um projeto que não é sequer pensável sem a participação democrática de outros setores e o exercício da cidadania crítica de outros atores, não sendo, portanto, obra que possa ser edificada sem ser em co-construção. (LIMA, 2002, p. 42).

O projeto político-pedagógico auxilia na função instrutiva da escola, de modo que, orienta não só o que deve ser feito, mas como fazer para que toda a comunidade de alunado cresça no processo de aprendizagem, cooperando com a instituição escolar e somando valores juntamente com toda comunidade. De acordo com isso, Sant'Ana e Guzzo (2016, p. 195) ressaltam que “a construção do projeto político-pedagógico requer a organização das formas

de gestão da escola tendo em vista favorecer a ampla participação de todos os participantes da escola nas decisões administrativas pedagógicas ali desenvolvidas.”

Outra questão importante que é destacada no PPP da escola é o que diz respeito a importância da oferta de formação continuada para os professores da escola. Foi analisado que apesar de está no PPP que é ofertado, quando vemos a realidade da escola isso realmente não acontece. Com a vivência na escola verificou-se que houve apenas um encontro pedagógico com todos os docentes, porém não foi visto como algo que iria contribuir para a formação dos professores sendo que foi realizado apenas um debate sobre os problemas e necessidades da escola, mas não foram discutidas novas práticas pedagógicas que pudessem ser desenvolvidas pelos professores em sala de aula.

A respeito da formação continuada Veiga (2008, p.21) ressalta:

A formação continuada é um direito de todos os professores que trabalham na escola, uma vez que não só ela possibilita a progressão funcional baseada na titulação, na qualificação e na competência dos profissionais, mas também propicia, fundamentalmente, o desenvolvimento profissional dos professores articulado com as escolas e seus projetos.

Ainda de acordo com Veiga (2008) a formação continuada deve está inserida na escola e está integrado em seu projeto político- pedagógico, cabendo à escola nesse caso:

a) Proceder ao levantamento de necessidades de formação continuada de seus profissionais; b) elaborar seu programa de formação, contando com a participação e o apoio dos órgãos centrais, no sentido de fortalecer seu papel na concepção, na execução e na avaliação do referido programa (VEIGA, 2008 p. 21).

De acordo com o que foi analisado, o PPP da escola não está coerente com o que realmente deve ser e é devido a má construção do projeto que se encontram vários problemas na escola tanto na questão de funcionamento, como na gestão e entre os professores acarretando, então, em um baixo rendimento escolar.

Isso significa reafirmar que é necessário praticar constantemente o exercício da participação em todas as suas dimensões: administrativa, financeira e pedagógica, mantendo o diálogo com todos os envolvidos e não apenas com os que pensam e agem como nós. Nesse sentido é preciso: a) refletir sobre as funções da escola, por meio da problematização da relação complexa entre sociedade e escola; b) romper com a atual organização de trabalho no interior da escola; c) criar e consolidar novos mecanismos de democratização; d) problematizar as formas participativas; e) definir critérios e mecanismos de avaliação do projeto político-pedagógico, envolvendo a avaliação discente, docente e institucional, por meio de parâmetros de qualidade (VEIGA e FONSECA, 2008, p. 60).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi abordado ver-se o quanto o projeto político-pedagógico é indispensável para a escola e que sem ele a escola não consegue caminhar de maneira satisfatória para se ter um ensino de qualidade. A construção do projeto tem que está intimamente interligado com as necessidades e problemas enfrentados pela escola para que se possam criar estratégias para melhorar e evoluir e com isso é de extrema importância que todos os que fazem parte da escola, juntamente com a comunidade escolar contribuam para a construção deste documento.

Ainda sabendo da grande importância do PPP para a escola e de como ele contribui para o avanço e desenvolvimento do ensino, muitas escolas deixam esse documento de lado, o fazem apenas para cumprir o que é estabelecido por lei e, muitas vezes, ele é construído sem a participação de todos aqueles envolvidos no processo. Deve-se acabar com essa visão individualista e deixar que todos participem da elaboração deste importante documento, tendo em vista que todos que fazem parte da escola, seja direta ou indiretamente, desempenham um papel importante.

AGRADECIMENTOS

Programa Residência Pedagógica / UFCG / CAPES.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, M. A. R; ANDRADE, M. F. R. Projeto político-pedagógico e o papel da equipe gestora: dilemas e possibilidades. *Ética e educação*, vol.8, n. 21, 2012.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 26 de maio de 2019.

FERRARI, G. V. A importância do coletivo na construção do projeto político pedagógico da instituição escolar. *Perspectiva*, vol.35, n.132, p.159-170, 2011.

LIMA, L. **Organização escolar e democracia radical**: Paulo Freire e a governação democrática da escola pública. São Paulo: Cortez, 2002.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. D. *Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico*. 2ª. ed. Novo Hamburgo: Universidade Freevale, 2013.

SANT'ANA, I. M.; GUZZO, R. S. L. *Psicologia escolar e projeto político-pedagógico: análise de uma experiência*, 2016. Disponível em: <http://submission.scielo.br/index.php/psoc/article/view/110878/9445>. Acesso em 18 de junho de 2019.

SCHULTZ, D. O Projeto Político pedagógico na escola: análise dos ppp do colégio estadual padre chagas e colégio estadual do campo da palmeirinha, pelo Pibid-geografia. *IV Fórum das Licenciaturas/VI Encontro do PIBID/II Encontro PRODOCÊNCIA – Diálogos entre licenciaturas: demandas da contemporaneidade*. UNICENTRO, Brasília, 2015.

VASCONCELLOS, C. S. *Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico – elementos metodológicos para elaboração e realização*. 21ª ed. São Paulo: Libertad, 2010.

VEIGA, I. P. A.; FONSECA, M. *As dimensões do projeto político-pedagógico*. 6ª ed. São Paulo: Papirus, 2008.

VEIGA, I. P. A. *Educação básica e educação superior: Projeto político-pedagógico*. 3ª ed. São Paulo: Papirus, 2008.